

RELIGIOSOS E A “NÃO-VIOLÊNCIA ATIVA” NA MEMÓRIA MEDIATIZADA DOS 50 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

RELIGIOUS AND THE “ACTIVE NOT-VIOLENCE” IN MEMORY MEDIATIZED OF THE 50 YEARS OF BLOW CIVIL-MILITAR IN BRAZIL (1964-1985)

Polliana Moreno dos Santos*

Resumo

Este trabalho discute a participação de religiosos na resistência contra a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), tendo como eixo a memória mediatizada presente na série jornalística “Silêncios da Ditadura” exibida pelo jornal SBT Brasil, considerando o contexto da justiça de transição no Brasil e os estudos da História do Presente. Busca-se perceber os contextos no qual religiosos, cristãos ou não, estiveram envolvidos, construindo uma memória mediatizada. O evento tratado nessa série é a Operação Gutemberg, organizada pelos militares para controlar a massa em memória do jornalista Vladimir Herzog - assassinado nos porões do Doi-Codi - e evitar que a mesma se transformasse num ato político. A missa ecumênica foi realizada por três figuras importantes da resistência à Ditadura: o rabino Henry Sobel, Dom Evaristo Arns e o reverendo Jaime Nelson Wright. Esses três religiosos empreenderam em suas trajetórias, em seguimentos de religiões distintas, os princípios da “não-violência ativa” como mecanismo de luta. Esse conceito imprime a atitude de muitos que optaram por lutar, resistir, mas sem usar as armas. Inicialmente, discutimos aspectos da História do Presente, o conceito de “não-violência

Abstract

This work discusses about the participation of religious in the resistance against the Civilian-Military Dictatorship (1964-1985), taking account of the present mediatized memory in the journalistic series “Silence of the Dictatorship” shown by the news program SBT Brazil, considering the context of the justice of transition in Brazil and the studies of the History of the Gift. One searches to perceive the contexts in which religious, Christian or not, they had been involved, constructing a mediatized memory. The event treated in this series is the Gutemberg Operation, organized for the military to control the mass in memory of the journalist Vladimir Herzog_ assassinated in the bilges of the Doi-Codi_e to prevent that the same one if transformed into an act politician. The ecumenical mass was carried by three important figures of the resistance to the Dictatorship: the rabbi Henry Sobel, Dom Evaristo Arns and the minister Jaime Nelson Wright. These three religious ones had undertaken in its trajectories, in pursuings of distinct religions, the principles of the “active not-violence” as fight mechanism. This concept prints the attitude of that they had opted to fighting, to resist, but without using the weapons. Initially, we discuss

* Professora de Estágio Supervisionado em História na Universidade do Estado da Bahia, Campus de Jacobina. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia. E-mail: pmoreno@uneb.br.

ativa” baseado no trabalho de Roberto Zwetsch, trazendo como exemplo o caso de Dom Romero em El Salvador e Frei Betto no Brasil.

Palavras-chave: Não-violência ativa. Memória Mediatizada. Ditadura Civil-Militar. História do Presente.

aspects of the History of the Present, the concept of “active not-violence” based in the work of Robert Zwetsch, bringing as example the case of Dom Romero in El Salvador and Frei Betto in Brazil. After that we will present the episode treated in the journalistic series “Silence to the Dictatorship” having articulated its content to the action of the three religious and its trajectories.

Keywords: Active Not-violence. Mediatized Memory. Civilian-Military Dictatorship. History of the Present.

Introdução

A participação de religiosos, cristãos ou não, na resistência contra a Ditadura Militar (1964-1985), é um tema corrente na pesquisa histórica. Mas o que dizer quando esse tema se relaciona à propagação de uma memória mediatizada? Sobre esse conceito, Víctor Sampedro e Alejandro Baer (2003) interpretam-no como a “representação simbólica e narrativa sobre o passado, difundida pela mídia”. Nesse caso, buscamos compreender a memória mediatizada presente na série jornalística “Silêncios da Ditadura” exibida pelo jornal SBT Brasil. Neste episódio, da série Silêncios da Ditadura, trata-se da Operação Gutemberg, feita para controlar a missa de Vladimir Herzog e evitar que a mesma se transformasse num ato político.

Do mesmo modo, essas questões nos remetem ao estudo da História do Presente ou História do Passado Recente. Segundo María Tournay e Natalia Vega (2009), a expressão e o campo da História do Presente surgiram na Europa e se conformaram na França no pós-Segunda Guerra do século XX, década de 60, através dos institutos¹ surgidos da necessidade de responder, tanto em termos acadêmicos quanto governamentais, às questões provenientes das experiências da guerra, como a invasão nazista, a resistência e a colaboração a regimes colaboracionistas como o da República de Vichy. (TORNAY & VEGA, 2009, p. 64).

¹ Exemplo do *Institut d’Histoire du Temps Presente* (França), criado na década de 70 e *Institute of Contemporary British History* (Inglaterra).

Enquanto na Europa o que estimulou o surgimento de uma História do Presente – HP – foram os traumas trazidos pelas grandes guerras, tais como a experiência do nazismo e o Holocausto, na América Latina², esses estudos se configuraram para a compreensão das feridas deixadas pelos anos de golpe militar, nas décadas de 60 a 80 do século XX. A HP estuda os fenômenos que são considerados recentes, tanto pela sua proximidade temporal, como também pela sua presença e re-atualização na memória social, compartilhada, não só pelos sujeitos questionados, como pelo próprio historiador. Implica, ainda, numa compreensão de que o presente é também histórico, passível de ser historicizado.

O historiador que se propõe a estudar fenômenos ligados ao passado recente, já deve estar preparado para os desafios que o aguarda. Significa considerar que ao mesmo tempo em que há uma infinidade de objetos, possibilidades de fontes, testemunhos, deve-se conviver com o desafio das restrições aos arquivos. Também a sua necessidade de vigilância é redobrada. Esclarecendo sobre o fazer histórico, a história do presente e os arquivos de segurança nacional em períodos ditatoriais, Enrique Serra Padrós (2009) nos traz um panorama sobre estas questões:

Um questionamento comum às abordagens sobre o Tempo Presente parte do pressuposto de que falta objetividade no produto que resulta de uma ação intelectual onde analista e fato a ser analisado são contemporâneos entre si e compartilham o mesmo cenário. Este entendimento, na prática, inverte o eixo da questão, pois o componente subjetivo, nunca está totalmente ausente do exercício de produção de conhecimento, independente de ser uma temática vinculada ao presente mais imediato ou a um passado remoto. É no uso conseqüente de instrumental teórico-metodológico, de conceitos pertinentes e de abordagens ancoradas em marcos teóricos rigorosos que se pode superar ou limitar o impacto produzido pela pressão da carga subjetiva imanente a todo analista. O diálogo crítico e fluido com as fontes existentes e com o conhecimento socialmente produzido e acumulado reforça o rigor científico da pesquisa. Logo, uma história objetiva não anula o sujeito, mas há mecanismos de controle e aferição do mesmo e que garantem a legitimidade e validação científica do que é produzido. (PADRÓS, 2009, p. 34)

² Vê-se o exemplo da Argentina, que desenvolve vários estudos de âmbito acadêmico sobre a Memória e a História do seu passado recente, sobretudo referentes ao período de ditadura militar (1976-1983).

Para além do rigor metodológico, os pesquisadores do Tempo Presente ainda têm que se defrontar com os usos a que se podem incorrer dos seus estudos, remetendo a repercussão social e a disputas de memória pertencentes às sociedades estudadas. A esse respeito, Padrós (2009) também nos lembra:⁷

Em último lugar, cabe vincular a problemática do Tempo Presente a uma outra questão, também fundamental: a tensão entre o lembrar e o esquecer. No caso das ditaduras latino-americanas recentes, entretanto, a questão do esquecimento relaciona-se a uma ação institucional de esquecimento induzido, “de cima para baixo”, desmemoria. Esta desmemoria, tem sido um dos aspectos centrais na complexa relação lembrar-esquecer, ao mesmo tempo que, tem explicitado o desconhecimento de parte desse passado diante da impossibilidade concreta de conhecer e acessar certos fatos que deveriam permitir a elaboração e a seleção de lembranças. [...] (PADRÓS, 2009, p. 36).

Dito disto, trazemos alguns questionamentos. Como fenômenos da nossa história recente têm sido reatualizados na memória social, num país que passou por 21 anos de regime ditatorial? Quais os seus impactos no Presente, sobretudo por meio da atuação da mídia? No contexto dos 50 anos do Golpe, várias foram as produções televisivas que trataram do tema, trazendo fatos da história nacional.

A série analisada foi produzida em 2014, coincidindo com as últimas etapas da “Justiça de Transição” no Brasil, se relacionando a dois mecanismos específicos: a criação da *Comissão Nacional da Verdade* (Lei de nº. 12.528/2011) e a nova *Lei de Acesso a Informações* (Lei de nº. 12.527/2011)³. Tomando a definição da ONU, o documento intitulado “Justiça de Transição: Manual para a América Latina (2011)” publicado pelo Ministério da Justiça explica o conceito demarca uma posição:

Para a família da ONU, justiça de transição é o conjunto de mecanismos usados para tratar o legado histórico da violência dos regimes autoritários. Em seus elementos centrais estão a verdade e a memória, através do conhecimento dos fatos e do resgate da história. Se o Desenvolvimento Humano só existe de fato quando abrange também o reconhecimento dos direitos das pessoas, podemos dizer que temos a obrigação moral de apoiar a

³ Ambos antecedidos pela criação em 2009 do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas, cuja gestão coube ao Arquivo Nacional.

criação de mecanismos e processos que promovam a justiça e a reconciliação. No Brasil, tanto a Comissão de Anistia quanto a Comissão da Verdade configuram-se como ferramentas vitais para o processo histórico de resgate e reparação, capazes de garantir procedimentos mais transparentes e eficazes. (p.16).

Embora haja certa conformidade sobre os aspectos preponderantes no funcionamento da Justiça de Transição, há também o consenso de que a mesma é condicionada aos processos históricos vividos por diversos países e pelos regimes vigentes no presente, sendo possível dizer que não há um modelo único a ser seguido, conforme Jozely Tostesd Lima (2012):

Em síntese verifica-se convergência nas análises: justiça de transição é o conjunto de medidas destinadas a lidar com o legado de violações aos direitos fundamentais perpetrados por agentes estatais, nos regimes autoritários. Nesse sentido, sobressai o entrelaçamento jurídico e político que perpassam experiências de justiça de transição. Assim, as estruturas de poder que sustentavam o regime anterior e remanescem no regime posterior e influem sobre o tipo de justiça de transição que será implementada por cada sociedade conforme suas peculiaridades históricas. (LIMA, 2012, p. 6).

O Brasil é um exemplo dessa distinção comparado aos vizinhos da América Latina como Argentina, Chile e Uruguai que também passaram por processos ditatoriais. No caso brasileiro, pode-se dizer que houve a implantação de uma Justiça de Transição bem peculiar já que esta operou primeiro com a Lei da Anistia (1979), ainda no regime autoritário, que anistiava vítimas e torturadores. No entanto, a revisão dos crimes acontece apenas quase trinta anos após o fim da Ditadura Militar, diferentemente da Argentina, por exemplo, que já começa logo após o final do período ditatorial (1983).

Para Carlos Bolonha e Vicente Rodrigues (2013), ainda de forma tímida e em processo de construção, tanto as ações de criação e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade quanto a Lei de Acesso à Informação, no caso do Brasil, evidenciaram uma “política de memória” do Estado brasileiro, apoiada, sobretudo, pelo penúltimo governo, ambas:

[...] têm vinculação direta com a efetivação do direito à memória e à verdade, no sentido de garantir, em primeiro lugar que a verdade sobre as violações sistemáticas dos direitos humanos venha à tona, e em sequência que os fatos relacionados a essas violações não sejam esquecidos para que não se repitam o que

pressupõe a adoção de uma série de iniciativas destinadas a garantir a preservação dessa memória. (BOLONHA e RODRIGUES, 2013, p. 4).

Feitas essas considerações, questionamos sob quais aspectos é balizada a participação de religiosos na Ditadura, e, por sua vez, como isso é tratado nas memórias mediatizadas. Há um consenso de que as igrejas, como instituições, se não apoiaram o Golpe no início, também não se posicionaram ou amenizaram as suas consequências. No entanto, vários religiosos, independente da posição de suas igrejas, tiveram participação ativa na luta contra regimes autoritários, tanto no Brasil como América Latina.

Analisaremos aqui alguns casos sobre religiosos que exerceram resistência a regimes ditatoriais, mas sem pegar em armas e no último tópico a participação do rabino Henry Sobel, de Dom Evaristo Arns e do reverendo Jaime Nelson Wright, retratado no episódio de abertura da série *Silêncios da Ditadura*.

Os religiosos e a Não-Violência Ativa

O caso que vamos analisar é o do primeiro episódio da série intitulada *Silêncios da Ditadura* exibida em 2014 pelo Jornal SBT Brasil⁴, por ocasião dos 50 anos do Golpe Militar. Essa série possui cinco partes⁵ e objetivava trazer fatos “não muito conhecidos” do grande público sobre esse período e que ainda mereciam ser esclarecidos.

Nesse episódio, é relatada a operação “Gutenberg” realizada pelos militares para evitar que a celebração ecumênica em memória de Vladimir Herzog, na Catedral da Sé em São Paulo, se transformasse num ato político⁶. O culto foi realizado por três figuras importantes na luta pela resistência à Ditadura: o rabino Henry Sobel, Dom Evaristo Arns e o reverendo Jaime Nelson

⁴ Esse telejornal pertence ao Sistema Brasileiro de Televisão, vai ao ar de segunda a sábado à noite às 19 h 45. O mesmo exibiu em 2011 uma série intitulada *Fantasmas da Ditadura*, por ocasião da exibição da telenovela “Amor e Revolução” a primeira novela a tratar do tema da Ditadura civil-militar na TV. Vale lembrar que sobre esse período só teve a minissérie *Anos Rebeldes*, exibida pela Rede Globo em 1992.

⁵ Nos outros quatro episódios respectivamente as reportagens falam sobre a influência dos Estados Unidos na articulação do Golpe e depois na ditadura que se instaurou; o terceiro sobre a perseguição dos militares a grupos indígenas, o caso da tentativa de incriminação do Sr. Orlando Sabino pelos militares, que ficou conhecido como monstro de Capinópolis, acusado injustamente pela morte de pessoas perseguidas pelo regime e o episódio sobre a Censura nas músicas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4HnikAek4Q&list=PLK6f1WGJG3KCKWdgXUVZASW5kVWX1hkR7>>

⁶ Foram designados 170 agentes para fotografar as pessoas que participaram do ato.

Wright. Esses três religiosos empreenderam nas suas trajetórias, em seguimentos de religiões distintas, os princípios da “não-violência ativa” como mecanismo de luta.

Esse conceito é bem discutido no trabalho de Roberto Zwetsch (2014) que assim o define:

No que segue procuro alinhar algumas informações e reflexões, a partir de vivências da época, focando na opção pela luta não-violenta como forma de combater a Ditadura civil-militar e apoiar resistência ativa e inconformista. A experiência nela adquirida transcendeu o campo estritamente político e veio a se tornar uma maneira de encarar a vida, a sociedade, a história do nosso tempo. O aprendizado da não-violência do Mahatma Gandhi, de Martin Luther King Jr., de Dom Hélder Câmara veio a se tornar no Brasil o que nos anos de 1970 se chamou firmeza-permanente. Com este nome conseguimos assumir os ideais da não-violência ativa, dar uma resposta aos grupos de oposição política que haviam optado pela luta armada, bem como buscar caminhos que nos aproximassem do povo, das classes oprimidas, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos moradores da floresta, o que nos exigiu refazer o caminho da teologia, agora desde a caminhada de base, em busca da libertação [...]. (ZWETSCH, 2014, p. 6).

Esse conceito nos permite pensar na atuação de religiosos, pertencentes a várias crenças, que optaram pela resistência por meio da paz, da inserção na classe trabalhadora, onde quer que ela estivesse, no campo, nas cadeias, nas periferias, na perspectiva de crítica às injustiças sociais. Longe da emissão de julgamento, para vários religiosos a luta armada se constituiu no único meio de lutar contra a violência exercida pelas ditaduras. Outros foram por outro caminho, usando a denúncia e outros meios, seguindo princípios cristãos ou não. Há vários exemplos desses religiosos na História da América Latina nesse período que compreende às ditaduras da segunda metade do século XX. Veremos dois casos.

Um deles foi Dom Romero, Monsenhor da Arquidiocese de San Salvador em El Salvador, que se tornou um símbolo da resistência pela não-violência, sendo a voz do povo salvadorenho de denúncia das injustiças sociais no contexto de uma guerra civil que assolava o país, entre o governo de direita e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. Numa trajetória controversa, Dom Romero é nomeado para monsenhor em 1977, justamente por seu conservadorismo, averso ao marxismo. No entanto, após o acirramento da

violência e assassinato do seu amigo, o Padre Rutilio Grande, Romero passa a criticar a violência do governo em suas homílias, até o seu assassinato em 1980. Segundo James R. Brockman (1985), seu biógrafo:

Las homílias de los últimos domingos se encuentran entre las más notables de Romero. La creciente violencia en el país, la desaparición de alternativas a la violencia alcanzaría casi con seguridad a su propia persona, así como había abatido a tantos amigos, a tantos sacerdotes y colaboradores suyos; todo esto le dio a sus palabras una elocuencia que hizo aplaudir con frecuencia a sus oyentes. Leer sus palabras ahora, o mejor oír las, es sentir el drama de esos momentos, cuando su pequeña figura en el púlpito de la basílica del Sagrado Corazón retenía a los fieles ante él y a los miles de oyentes que escuchaban con avidez por la radio. (BROCKMAN, 1985, p. 405-406)

Na biografia de Romero há vários registros do apelo pela não-violência. Por várias vezes se dirigia ao governo, à Democracia Cristã que o compunha, denunciando as arbitrariedades das forças repressivas. Em homília proferida pouco antes de sua morte:

“Las promesas continuaban sin concretarse en hechos. Lo que sí se ha evidenciado más en esta semana es que ni la Junta ni la Democracia Cristiana están gobernando al país... La masacre del 12 de febrero en contra de manifestantes del MERS (Movimiento Estudiantil Revolucionario Salvadoreño), y el sangriento desalojo de los ocupantes de la sede de la Democracia Cristiana, manifiestan claramente que ellos no son los que gobiernan, sino el sector más represivo de las fuerzas armadas y de los cuerpos de seguridad”. (ROMERO, *apud* BROCKMAN 1985, p. 408-409).

No entanto, Romero tinha vários companheiros padres, os quais optaram pela participação na luta armada, na FMLN, visto não acreditarem na reversão das atitudes do governo pela via pacífica. Aos guerrilheiros, ele também se dirigia defendendo a necessidade do cessar fogo, pela conclusão de que a violência trocada só se retroalimenta:

Alguien me criticó como si yo quisiera unir en un solo sector las fuerzas populares con los grupos guerrilleros. Siempre mi mente está muy clara sobre la diferencia. A ellos, pues, y a quienes abogan por soluciones violentas, quiero llamarlos a la comprensión. Saber que nada violento puede ser duradero. Que hay perspectivas aún humanas de soluciones racionales y sobre

todo, por encima de todo, está la palabra de Dios que nos há gritado hoy: ¡Reconciliación!

Dios lo quiere, reconciliémos y así haremos de El Salvador una Patria de hermanos, todos hijos de um Padre nos está esperando a todos com los brazos abiertos. Así sea. (ROMERO, apud BROCKMAN 1985, p. 408-409).

Após a morte de Romero, a violência no país intensificou a guerra civil com um saldo de cerca de nove mil desaparecidos, mais de 30 mil assassinatos. A mesma findou em 1992 com o Acordo de Paz Chapultepec. Porém, Romero continua sendo um ícone da defesa da paz e dos direitos humanos, tendo seu valor reconhecido pela igreja católica, recebendo sua beatificação em 2015 pelo Papa Francisco e em processo de canonização.

Em nosso país, temos vários exemplos de religiosos que seguiram pelo caminho da não-violência. É o caso de Dom Helder Câmara citado já acima, que não teremos como contemplar aqui, pelo espaço do ensaio. Mas traremos o caso de Carlos Alberto Libânio Christo ou Frei Betto - religioso, teólogo e defensor da Teologia da Libertação, militante de movimentos populares, um dos criadores das CEBs no Brasil (Comunidades Eclesiais de Base). Fez parte do grupo de dominicanos que colaboravam com a ALN (Ação Libertadora Nacional), grupo de Carlos Marighela. Por esse motivo, foi preso pela segunda vez pelos militares em 1969, juntamente com Frei Tito, Frei Ivo e Frei Fernando⁷.

No Brasil, Frei Betto é um desses personagens que tem a experiência de vivenciar o evangelho no cárcere, entre os anos 1969 a 1973, passando por várias penitenciárias, primeiro como preso político, depois como preso comum. Suas memórias estão reunidas em um dos seus livros “Cartas da Prisão”. Um dos muitos valores que aparece é o engajamento, visto como uma virtude cristã, mas modificado por sua experiência:

Frei João,

Da sua angústia de ser um burguês com voto de pobreza eu participo. Também fui condicionado de tal maneira pela educação recebida, que só mesmo um milagre poderia evitar que os pobres não me vissem como alguém que veio “do outro lado”. Contudo, a prisão obrigou-me a viver entre eles, no mesmo regime carcerário. Foi o fim de muitas idéias erradas que tinha a respeito do engajamento na massa. Se a gente tem de fato uma atitude de

⁷ Esse fato é retratado no livro e no filme Batismo de Sangue. Livro de Frei Betto.

serviço e disponibilidade perante eles, então tá tudo certo. O mal é quando só se quer ensinar e acha que nada tem a aprender, ou quando compramos a amizade deles com ajudas materiais, sem aceitar viver com eles as mesmas dificuldades e riscos. A Igreja deveria saber dizer aos oprimidos da América Latina o que Pedro e João disseram ao homem estirado à porta do templo em Jerusalém: “Não tenho ouro, nem prata, mas o que tenho eu te dou. Em nome de Jesus Cristo, levanta-te e anda.”[Atos dos Apóstolos 3, 6](BETTO, 2008).

Apesar de todas as mazelas denunciadas nas cartas, há um sentimento de esperança e fé incrível. O tempo do cárcere é transmutado nas experiências com os presos, em grupos de estudo, trabalho, evangelização - formas que o autor encontrou para passar por esses momentos. Ao mesmo tempo, representa um fortalecimento dos seus princípios políticos. Entre as várias atividades que exerceu, foi assessor especial do primeiro governo Lula, sendo um dos responsáveis pelo Programa Fome Zero entre 2003 e 2004, tecendo críticas bem contundentes a esse governo, nos últimos anos.

Como já dito, na história do Brasil e dos outros países latino-americanos, os casos de religiosos que lutaram contra regimes ditatoriais são inúmeros. Buscamos contemplar dois casos como exemplo do princípio da não-violência ativa. Mas o que dizer quando há uma memória mediatizada sobre os religiosos brasileiros? Veremos a seguir, um caso onde a não-violência ativa é retratada.

A não-violência ativa e a memória mediatizada

A série jornalística “Silêncios da Ditadura”, como já elencamos acima, tem cinco episódios que tratam de eventos não muito conhecidos do grande público. O acontecimento tratado neste ensaio é o culto ecumênico realizado em memória do jornalista Vladimir Herzog na Catedral da Sé em São Paulo, celebrado pelo rabino Henry Sobel, Dom Evaristo Arns e o reverendo Jaime Nelson Wright.

Por ocasião desse culto, o aparato militar organiza uma grande operação de vigia para que este não se torne um ato político. No entanto, o culto reuniu cerca de 8.000 pessoas, transformando-se numa das maiores manifestações contra o regime.

Em termos narrativos, inicialmente, esse episódio segue uma linha parecida com outros que abordam o mesmo tema⁸. São entrevistados historiadores, jornalistas, pessoas que vivenciaram determinados acontecimentos. Também é realizada uma pesquisa de arquivo, com usos de fotografias e vídeos da época. A música também contribui para o efeito de tensão.

A narrativa dos acontecimentos segue numa trajetória que explica a queda do Presidente João Goulart em 1964 e os motivos que fizeram com que setores da sociedade apoiassem o Golpe civil-militar, entre eles o medo de que o Brasil se tornasse uma nova Cuba, ou seja desencaminhasse para o comunismo. A seguir, aborda-se os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, na qual operam uma série de seguimentos interessados em desvendar os “silêncios” deixados por estes tempos.

Trazendo luz para as lacunas ainda deixadas por esse período, a narrativa continua e aponta para a descoberta de documentos inéditos contidos no livro “A Casa da Vovó”, escrito pelo jornalista Marcelo Godoy (2014). Entre os muitos fatos retratados no livro aponta-se para o trabalho de mulheres no Doi-Codi, como o da Tenente Neusa, conhecida como “Neusinha do Doi”. A mesma é entrevistada por telefone pelo repórter Fabio Diamante e explica como era feito seu trabalho.

Mas o fato principal retratado nesse episódio da série Silêncios da Ditadura é a descoberta de um relatório secreto, descrevendo a Operação Gutemberg⁹, arquitetada para vigiar a missa ecumênica realizado na Catedral da Sé, em São Paulo, pela memória do jornalista Vladimir Herzog, morto na prisão em 1975. Nesta operação, todas as pessoas que participaram da missa foram vigiadas e fotografadas por 170 agentes, distribuídos em várias equipes

⁸ Este ensaio é um recorte, mas em nossa pesquisa de Doutorado encontramos pelo menos dez séries televisivas produzidas entre 2010 e 2015. Metade das séries que serão analisadas, foram produzidas/exibidas por emissoras públicas/estatais, destacando a TV Brasil com quatro: *Os advogados contra a ditadura*, *Chumbo Quente*, *Crimes da Ditadura*, *Ditadura- história em revisão*, entre outras reportagens menores e a TV Cultura com uma: *A Pátria Armada*. Entre as consideradas grandes emissoras das TVs privadas, analisaremos as seguintes séries da Rede Record e o SBT, visto que estas têm uma maior produção sobre a rememoração dos eventos e fatos dos “anos de chumbo”. Na lista da Record temos: *50 anos de Golpe (Vozes Caladas)* e *Porões da Tortura (Séries)*. No SBT: *Silêncios da Ditadura e Fantasmas da Ditadura (Série)* e *Memórias: Agentes da Repressão (Reportagem Especial)*.

⁹ Ironicamente batizada com o nome do inventor da imprensa. Esse fato é relatado no livro *A Casa da Vovó*.

no entorno da praça da Sé, que foi mapeada. Os mesmos tentaram se antever sobre o percurso onde poderiam surgir as manifestações¹⁰.

A narrativa do repórter Fábio Diamante faz menção às missões, listadas nesta ordem: 1. Infiltração, 2. Observação e levantamento¹¹, 3. Pinsamento e identificação de líderes. Nesta última, ocorriam as prisões daqueles considerados suspeitos. Os “supostos líderes” presos eram levados para triagem no Quartel dos Bombeiros, que existe até hoje, perto da Catedral da Sé. Além disso, mostra-se que foram organizados cerca de 25 postos de orientação de trânsito, objetivando obstruir as vias e evitar que muitos chegassem a Igreja.

Sobre a operação, o rabino Henry Sobel, único dos sacerdotes que ainda é vivo, faz a emocionante declaração: “Isto foi uma guerra contra a verdade. Isto foi uma operação de baixo nível contra homens e mulheres de bem. Eu fiquei bem com a minha consciência por ter participado daquele culto ecumênico” (2014). O rabino fez a lavagem do corpo de Vladimir Herzog, que era judeu e se recusou a enterrá-lo como suicida. Ao realizar esse ato de rebeldia, estava declaradamente afirmando que o mesmo fora assassinado na cadeia, e, portanto, contestando a versão dos militares.

Por sua vez, o reverendo Jaime Nelson Wright era diretor da Missão Presbiteriana do Brasil Central, em São Paulo, desde 1968. Em 1973, seu irmão Paulo Stuart Wright, que era deputado e militante da esquerda, desapareceu e foi assassinado pelos órgãos de repressão do regime militar. Parte da sua biografia está disponível no site do projeto Memórias da Ditadura¹²:

Publicou, pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço, 1,8 milhões de exemplares da edição ecumênica da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Escreveu artigos para o exterior, denunciando as violações de direitos humanos no Brasil. Fundou, junto com Jan Rocha e Luiz Eduardo Greenhalgh, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul¹³.

¹⁰ Há na série a utilização de um recurso gráfico que reconstrói esse percurso, ilustrando inclusive que o mapa foi feito à mão.

¹¹ Feito com binóculos, máquinas fotográficas e filmadoras. O sinal que os agentes usavam pra se reconhecerem era um lenço no bolso da camisa.

¹² Esse projeto reúne uma série de estudos e documentos sobre o período e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br>>.

¹³ Texto disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/jaime-wright/>>. Acesso em: 10/03/2016.

Jaime Nelson Wright trabalhou incansavelmente reunindo documentos e informações sobre órgãos de repressão, torturadores e torturados. Por ocasião da sua morte, em 1999, o rabino Henry Sobel faz a seguinte declaração:

Perdi um grande amigo. Nos aproximamos depois da morte do jornalista Vlado Herzog. Jaime Wright tinha uma sala ao meu lado na Cúria Metropolitana e uma capacidade imensa de descobrir onde estava a mão da opressão quando tinha que procurar os desaparecidos políticos. (...) O reverendo Wright foi um corajoso líder religioso, que sofreu na própria pele os tormentos da ditadura no Brasil¹⁴.

Curiosamente ou por um feliz encontro, tanto o rabino quanto o reverendo, por esses trabalhos, passam a se reunir na escrita do Projeto Brasil Nunca Mais, juntamente com Dom Paulo Evaristo Arns. Este último, foi bispo e arcebispo de São Paulo, e teve sua atividade pastoral voltada aos habitantes da periferia, aos trabalhadores, à formação de comunidades eclesiais de base nos bairros, principalmente os mais pobres, e à defesa e promoção dos direitos da pessoa humana¹⁵. Ficou conhecido como o Cardeal dos Direitos Humanos, principalmente por ter sido o fundador e líder da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, e sua atividade política era claramente vinculada à sua fé religiosa. Foi muito atuante no combate à repressão:

É da maior gravidade a prisão de pessoas que estão lutando por uma definição partidária ou pela criação de bases partidárias, pois trata-se de uma luta dentro da legalidade. Essas pessoas estão sendo mantidas incomunicáveis, sem direito à assistência de advogados ou sem ter sequer direito de informar à família sobre a situação dos mesmos. Nunca aceitaremos esse fato, nem como brasileiros, nem como membros da igreja. (ARNS, 1985).

Como dito acima, Dom Paulo Evaristo Arns foi um dos organizadores do projeto Brasil Nunca Mais, obra escrita como uma espécie de dossiê, contendo inúmeros casos de tortura e abuso de autoridade até o ano de 1979, a partir dos documentos da própria polícia. O livro é lançado em 1985, ano do retorno à democracia, com o intuito de que esses eventos não fossem esquecidos e não voltassem a se repetir. E sobretudo, em memória aos desaparecidos.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Ibidem.

Gostaríamos de finalizar com as célebres palavras de Dom Evaristo Arns no Prefácio de *Brasil Nunca Mais*:

A imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única. Só ela pode salvar e preservar a imagem Brasil e do mundo. Daí o nosso apelo ao governo brasileiro, para que assine e ratifique a Convenção Contra a Tortura proposta pela ONU e estampada no final deste livro, todo ele escrito com sangue e com muito amor à Pátria. (ARNS, 1985, p. 14).

Esse apelo foi feito ao então presidente João Baptista Figueiredo, na tentativa de que esta história não fosse silenciada.

Conclusão

Esperamos neste pequeno espaço do ensaio, ter trazido alguns casos de religiosos que fossem representativos da atitude de Não-Violência ativa, no Brasil e na América Latina. Na história do Brasil, há inúmeras situações às quais não pudemos contemplar. Muitos tomaram o exemplo de Jesus para se tornarem mártires, outros entenderam que o mesmo evangelho era um instrumento para a luta política. No entanto, todos buscavam o mesmo fim: a denúncia das injustiças sociais e da violência de regimes autoritários.

Desse modo, o ato de realizar a missa, reunindo sacerdotes de três religiões distintas, para celebrar a memória de alguém que fora brutalmente assassinado e ainda acusado de suicídio, representou não só um ato de rebeldia, mas de celebração da paz, do respeito e da tolerância religiosa. Foi também um ato político, visto o medo que causou nas forças repressivas ao ponto da organização de uma operação de guerra para sabotá-lo.

Por fim, num cenário em que não só textos e testemunhos, mas também fotografias, vídeos, no cinema e nas imagens televisivas, se transformam em memórias mediatizadas, esses religiosos e seus atos passam a fazer parte do campo de disputa da memória nacional¹⁶ contra o esquecimento dos abusos cometidos pelo regime autoritário de 1964.

¹⁶ Alguns exemplos encontramos no filme “*Romero*”(1989); em produções televisivas como a série *Chumbo Quente*, produzida pelo programa Observatório da Imprensa (2014, TV Brasil), na qual em um dos episódios há um trecho específico que trata do caso dos freis dominicanos, especialmente Frei Tito. E o episódio da série *Ditadura-História em Revisão* (2013, TV Brasil), que trás o caso do assassinato, pelos militares, do Padre Henrique, que era colaborador de Dom Helder Câmara em Pernambuco.

Referências

- ARNS, Paulo Evaristo (org.). *Brasil nunca mais*. Um relato para a História. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BETTO, Frei. *Cartas da Prisão, 1969 a 1973*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- BOLONHA, Carlos. RODRIGUES, Vicente. Justiça de Transição no Brasil: Dilemas da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso a Informações. p. 392-419. *Anais do XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNINOVE*. São Paulo:SP. 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d0aae9539e4dd0bd>>. Acesso em: 18/07/2016.
- BROCKMAN, James. R. *La Palabra Queda*. Vida de Mons. Oscar A. Romero. Lima: Uca editores, 1985.
- LIMA, Jozely Tostesd. O que é justiça de transição? *Revista Projeção, Direito e Sociedade*. Dezembro de 2012. vol.3, nº2. Disponível em: <<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/viewFile/277/206>>. Acesso em: 10/03/2016.
- PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional, Arquivos Repressivos. *Tempo e argumento*. Vol. 1, n. 1, Florianópolis, 2009. p. 30-45.
- REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Ministério da Justiça/ Comissão de Anistia; Nova Iorque : Centro Internacional para a Justiça de Transição 2011. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf>. Acesso em: 01/09/2016.
- SAMPEDRO, Victor. BAER, Alejandro. El recuerdo como olvido y el pasado extranjero. Padres e hijos ante la memoria histórica mediatizada. *Revista de Estudios de Juventud*. “Número especial: Jóvenes, Constitución y cultura democrática”. Espanha, 2003. p.93-108. Disponível em em: <<http://www.injuve.mtas.es/injuve/contenidos.downloadatt.action?id=1712679829>>. Acesso em: 17/01/ 2010.
- SILÊNCIOS DA DITADURA. *JORNAL SBT BRASIL*. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4HnikAek4Q&list=PLK6f1WGJG3KCkWdgXUVZASW5kVWX1hkR7>>. Acesso em:10/06/2016.
- TOURNAY, María Lúcia; VEGA, Natalia. Entre la memoria y la historia: deslindes conceptuales y cuestiones metodológicas. In: ALONSO, L. & FALCHINI, A. (editores). *Memoria e Historia del pasado reciente*. Problemas didáticos y disciplinares. Santa Fé-Argentina: UNL, 2009.
- ZWETSCH, Roberto. A luta contra a ditadura civil-militar a partir da prática da não-violência ativa. *Interações – cultura e comunidade*. Belo horizonte, Brasil, V.9 N.15, p .7-28, JAN./JUN.2014.